

**UNIDADE PARA AVANÇAR:
SALÁRIOS, CARREIRA
E SERVIÇO PÚBLICO!**



UNIDADE, CORAGEM E LUTA PARA VENCER

**DIAS 25, 26 e 27 DE JUNHO,
VOTE CHAPA 1**

**POR ESTABILIDADE, JUSTIÇA, CONCURSO PÚBLICO E SAÚDE
NO TRABALHO. POR DIGNIDADE, DIREITOS E DEMOCRACIA!**

● **Unidade da categoria por salários, carreira, defesa da estabilidade e do serviço público**

A defesa da unidade da categoria e de sua representação sindical é uma necessidade para vencermos na luta pela reposição salarial e de reestruturação da carreira. A unidade de técnicos, analistas, auxiliares, oficiais de justiça, policiais judiciais, ativos e aposentados é a única via para fazermos frente aos enormes desafios que conhecemos. Não vamos enfrentar a ofensiva da magistratura sobre o orçamento divididos, nem mesmo as limitações orçamentárias do arcabouço fiscal ou a reforma administrativa “debatida” a toque de caixa no Congresso Nacional para acabar com a paridade, para quem ainda tem o direito e permitir a redução de salários.

● **Entrada é pela porta da frente! Em defesa dos concursos públicos, contra a terceirização e a residência jurídica!**

Não é coincidência que a discussão do GT da Reforma Administrativa gire em torno do “libera geral” dos contratos temporários no serviço público. Além de acabar com os concursos, trabalhadores temporários têm contratos precários, salários mais baixos e são vulneráveis a pressões políticas. A contratação sem concurso público é uma porta aberta para o apadrinhamento, todo mundo sabe. Defendemos o concurso como forma de ingresso no serviço público e combatemos a residência jurídica, prática utilizada para substituir servidores concursados por bolsistas ganhando muito menos. Defendemos o preenchimento das vagas existentes no judiciário federal e MPU.

● **Saúde no TRT4: Nenhum centavo a mais dos servidores para pagar tratamento diferenciado!**

A preocupação dos colegas da Justiça do Trabalho com o futuro do contrato com a Unimed e o seu custeio é mais que justa. Os vários exemplos de tratamento diferenciado entre os servidores e a magistratura só aumentam a preocupação de que a implementação do auxílio-saúde para os juízes jogue a conta para nós, pois não há garantia de que haverá suplementação orçamentária para a implementação para todos. O Sintrajufe/RS deve seguir acompanhando de perto o debate no CSJT e lutar para que o custo não recaia sobre os servidores! Além disso, é preciso debater sobre a dificuldade crescente de consultas com especialistas no interior.

● **Pejotização é ameaça para trabalhadores e à existência da Justiça do Trabalho!**

A reforma trabalhista e a lei das terceirizações de Temer continuam fazendo muitos estragos. O avanço da terceirização é tamanho que em Porto Alegre o TRT4 julgou um caso em que um trabalhador da limpeza da capital foi contratado como uma empresa. Isso mesmo, um gari/empresa contratado dessa forma com o único objetivo de driblar todos os direitos trabalhistas. O STF tem validado os principais pontos da reforma trabalhista, e recentemente o ministro Gilmar Mendes suspendeu 460 mil ações que tratavam da terceirização e uberização. O esvaziamento da competência da Justiça do Trabalho é uma grave ameaça a sua existência. Defendemos, ao lado dos demais trabalhadores do setor público e privado, a revogação da reforma trabalhista e da lei das terceirizações.

● **Contra a terceirização na Justiça Eleitoral! Pela criação de novas vagas!**

Democracia é coisa séria. O Brasil viu o quanto a Justiça Eleitoral foi atacada e acusada sem indícios ou provas de fraudar as eleições. Na ponta eram os colegas da Justiça Eleitoral que eram acusados e tinham que responder aos ataques. A condenação de, pelo menos, parte dos acusadores está próxima. Contudo, o problema agora é interno. Os presidentes de TREs discutem abertamente a terceirização do trabalho de cartórios de atendimento aos eleitores, a contratação de residentes e até mesmo a convocação de voluntários. O avanço da terceirização na Justiça Eleitoral é um risco para a democracia e um sinal ruim em todo o PJU e MPU. Defendemos a criação de novas vagas para substituir o trabalho hoje realizado por servidores públicos trazidos de outros órgãos.

● **Na capital e no interior, nos locais de trabalho e nas redes!**

Num momento decisivo como esse, a presença do Sintrajufe/RS nos locais de trabalho é fundamental. Seja nas mobilizações, seja na distribuição de brindes o contato pessoal é insubstituível. O sindicato tem visitado as principais cidades da região metropolitana e do interior e deve ampliar ainda mais sua ação, sempre acompanhando de perto a realidade local, percorrendo as unidades, colhendo depoimentos e ouvindo a categoria. Nas redes, queremos ampliar ainda mais nosso alcance e capacidade de debate com trabalhadores do setor público e privado. Sabemos da importância dessas ferramentas, como foi testado na vitoriosa campanha contra a PEC 32. Seguiremos sempre defendendo e promovendo os interesses da categoria, seja nas diversas reuniões com os Presidentes dos órgãos (assim como foi na luta contra a criação das super secretarias e diminuição das funções comissionadas), seja através de campanhas em rádios, outdoors (como foi feito no enfrentamento da proposta CSJT de fechamento de Varas da Justiça do Trabalho) ou marcando presença constante em audiências públicas na defesa da Justiça Eleitoral. Nosso compromisso é manter uma atuação firme e corajosa do Sintrajufe na defesa de todos os seus representados, servidores da ativa e aposentados.

● Direitos Previdenciários da categoria

Desde 1998 com a EC 20/98, inúmeras mudanças ocorreram com relação aos critérios de aposentadoria e pensão no serviço público. Não foi diferente para os servidores e servidoras do PJU e MPU. Com a EC 41/2003 e as reformas e legislações posteriores, passaram a ter direito à integralidade e paridade salarial somente aqueles e aquelas que tivessem ingressado no serviço público até 31/12/2003. Mas foi a última reforma, a EC 103/2019, que agravou o quadro, aumentando idade e tempo de contribuição para aposentadoria, majorando alíquotas previdenciárias e reduzindo drasticamente o valor das pensões. Hoje no serviço público, há formas de aposentadoria muito diversas: como a com paridade e integralidade; com cálculo da média das contribuições; cálculo pelo teto do RGPS; cálculo pelo teto do RGPS mais benefício especial; e ainda para quem optou em contribuir para o FUNPRESP terá uma suplementação no valor de seu benefício previdenciário. Ainda que nossa luta seja pela revogação da reforma da previdência de 2019, não podemos deixar de alertar a categoria sobre a necessidade de planejamento para a aposentadoria, face a realidade das sucessivas reformas.

● A luta também é pelo direito ao bem viver - Prevenção e combate ao assédio moral e sexual

Precisamos praticar a tolerância zero com essas violências que infelizmente fazem parte da nossa realidade no trabalho. O assédio moral e sexual tem naturezas diferentes, mas tanto um como o outro encontram terreno fértil no ambiente super hierarquizado e autoritário do PJU e MPU. Os modelos neoliberais produtivistas adotados pelo CNJ só agravam essa situação.

Precisamos mudar a cultura combatendo o autoritarismo, o machismo estrutural e as políticas neoliberais de gestão que são as origens dessas violências nos ambientes de trabalho e que têm levado a categoria a medicalização excessiva, ao adoecimento físico, mental e, infelizmente, a casos de suicídios.

● Saúde do Trabalhador e Trabalhadora

O bem viver também compreende a saúde no trabalho, que é saúde coletiva, não depende do indivíduo apenas e está intrinsecamente ligada às normas, à organização do trabalho e ao modelo de gestão dos órgãos.

O CNJ segue empregando modelos produtivistas, cada vez mais alienantes e violentos. Metas unilaterais e abusivas, cobrança maiores dessas metas para quem está em tele trabalho, introdução cada vez mais intensa de ferramentas tecnológicas sem que se tenha uma escuta ativa dos servidores e servidoras que fazem o trabalho. Esses modelos de gestão são construídos na lógica da intensificação do trabalho, da robotização da categoria, a precarização e terceirização de postos de trabalho e até da substituição de trabalhadores/as pela máquina ou sistemas, como a IA. Tudo isso tem gerado quadros cada vez maiores de ansiedade, sofrimento mental, depressão e burnout. Queremos dignidade no trabalho, seja ele presencial ou tele trabalho. Os níveis de produtividade da categoria têm aumentado ano a ano e o resultado tem sido metas cada vez maiores. Não é justo! Queremos e podemos diminuir a jornada, garantir pausas intrajornada e o direito à desconexão. O nosso trabalho é importante para nossa vida e para a sociedade, mas a vida além do trabalho também, para que sigamos produtivos e com saúde física e mental.

● Respeito à diversidade, combate ao racismo e todas as formas de discriminações

Temos atenção constante às políticas permanentes voltadas à parcela da categoria pertencente às populações socialmente minorizadas. Assim, a chapa Sintrajufe Unido e Forte reafirma o compromisso com o combate ao capacitismo, ao etarismo, à discriminação racial, geográfica, de gênero e de sexualidade.

Também seguiremos com ações de formação, como nosso grupo de Leitura Antirracista, e buscando ampliar para outros letramentos que ampliem a consciência da categoria.

● Convívio, lazer e saúde

A chapa Sintrajufe Unido e Forte quer oferecer à categoria ações educativas e formativas que promovam o entendimento amplo do conceito de bem-estar integral, abordando o equilíbrio entre saúde física, mental e social para promover a saúde integral da categoria.

Entre as ações para o bem viver, também queremos promover a facilitação do acesso a alimentos saudáveis por meio de parcerias, feiras e programas de incentivo, visando à promoção de uma alimentação que promova a saúde e que também esteja alicerçada em relações justas de trabalho e comércio, além de respeitar o meio ambiente. Também consideramos importante o incentivo à prática regular de atividades físicas variadas, como yoga, dança, caminhadas e trilhas, com atenção especial aos aposentados e aposentadas, para estimular a saúde, o convívio social e o lazer.



DIAS 25, 26 e 27 DE JUNHO

VOTE CHAPA 1:

POR ESTABILIDADE, JUSTIÇA, CONCURSO PÚBLICO E SAÚDE NO TRABALHO. POR DIREITOS E DEMOCRACIA!

DIREÇÃO COLEGIADA



JOSÉ CARLOS PINTO DE OLIVEIRA (ZÉ)
TRF4



ARLENE DA SILVA BARCELLOS
APOSENTADA JT



CRISTINA VIANA DOS SANTOS
APOSENTADA JT



MARCIA ANGELITA COELHO
JE/POA



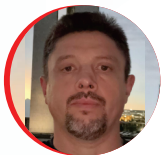
MARCELO MACHADO CARLINI
JF/POA



FABRÍCIO DIAS LOGUERCIO
JF/POA



JUSILDA LOMBARDO PEDROLLO
JF/SANTA MARIA



PAULO CESAR BALBINOT
JF/CAXIAS DO SUL



FABIANA PANDOLFO CHERUBINI
JT/CANOAS



CARMEM REGINA MACHADO BARROS RIBEIRO
APOSENTADA JE



WALTER OLIVEIRA
TRT4



LUCIANA KRUMENAUER SILVA
JF/POA



PAULO ROBERTO RODRIGUES GUADAGNIN
TRT4



CAMILA THOMAZ TELLES
TRF4



MARLI DA CAMPO ZANDONÁ
APOSENTADA JF



JOSÉ LUIS FISTAROL
JF/URUGUAIANA



ROSIMARA SILVA KASPER
JF/CACHOEIRA DO SUL



PAULO SERGIO MAIA FERREIRA
JF/SANTANA DO LIVRAMENTO



CARLA NUNES SANTOS
JE/VIAMÃO



HENRIQUE MASCARENHAS DE SOUZA
JT/PELOTAS



CAMILA BELÉM DE FIGUREIREDO FERRER
JF/CAPÃO DA CANOA



FAGNER VINÍCIUS MONTEIRO MARQUES
JF/NOVO HAMBURGO



MARGARETH MELO ARCO VERDE
JF/POA



MOISÉS TRISCH
JT/TORRES



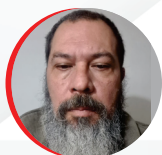
ROGÉRIO MARTINO OTERO AVILA
JE/PELOTAS



MARA REJANE WEBER
APOSENTADA JT



ANDERSON EDUARDO DOS SANTOS MANGINE
MPU



OSMAR BARBOZA JÚNIOR
JT/GRAMADO

CONSELHO FISCAL



BÁRBARA KERN WILBERT
APOSENTADA JT



ELOÁ NUNES NAZARETH PAIVA
APOSENTADA JF



INÊS CRISTINA DE OLIVEIRA
APOSENTADA TRF4



IVONILDA BUENAVIDES DA SILVA
TRE POA



MARIA CRISTINA OLIVEIRA
APOSENTADA JF



NILZA ORTMEIER
APOSENTADA JT



ORILDO LONGHI
APOSENTADO JT



ANDRÉ WESTERMANN
JT TAQUARA



LÍDIA SCHNEIDER DA SILVA
JT SAPIRANGA



REJANE FÁTIMA OLIVEIRA DE ALMEIDA MPU



TANIA VIEIRA MARRA BONATO
TRE POA



VERA LÚCIA PELLEGRINO
APOSENTADA JT